

Convite

V/ Ref:

N/ Ref:

Assunto: Consulta prévia para a formação do contrato de empreitada para **Adaptação de espaço para cedência a instituição, no A.H. das Antas - Rua João Espregueira Mendes 113** – Convite para apresentação de proposta

Porto, 17 de janeiro de 2025

A CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM abreviadamente identificada por Domus Social, promove o procedimento de formação do contrato de empreitada para **Adaptação de espaço para cedência a instituição, no A.H. das Antas - Rua João Espregueira Mendes 113**, por consulta prévia, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, convidando V. Ex.^a a apresentar proposta ao identificado procedimento, nos termos e condições infra estipuladas, com vista à celebração do contrato cujas prescrições se encontram consignadas no caderno de encargos.

Sem outro assunto de momento, apresentamos os melhores cumprimentos.

Artigo 1.º

(Entidade adjudicante)

1. A presente contratação é promovida pela CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, abreviadamente designada por Domus Social, que se assume como entidade adjudicante.

2. A entidade adjudicante tem sede na Rua Monte dos Burgos, n.º 12. 4250-309 Porto, e oferece os contactos seguintes:

- a. Telefone: 228 330 000;
- b. Endereço eletrónico: geral@domussocial.pt.

3. A presente carta-convite regula o procedimento para a formação do contrato de empreitada de obras públicas que tem por objeto obras de beneficiação interior e adaptação do espaço às necessidades da nova instituição, incluindo revestimentos, pinturas, divisórias, carpintarias, instalações hidráulicas e elétricas, e adaptação de instalação sanitária para mobilidade condicionada.

Artigo 2.º

(Decisão de contratar)

A decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, foi tomada pelo Conselho de Administração, o órgão decisor da entidade adjudicante.

Artigo 3.º

(Tipo de procedimento)

1. A contratação é precedida pelo presente procedimento de consulta prévia, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, alínea b) e artigo 112.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O procedimento de consulta prévia direto foi escolhido ao abrigo do critério do valor, nos termos do disposto no artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 4.º

(Entidade convidada)

A proposta terá de ser apresentada pela entidade convidada, não podendo esta apresentar-se, com a proposta e para efeitos de execução do contrato, associada ou integrada em agrupamento com qualquer outra entidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 117.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 5.º

(Consulta e aquisição das peças do procedimento)

1. A carta-convite e o caderno de encargos, bem como os demais documentos que integram o presente procedimento, encontram-se patentes na página www.acingov.pt e, em papel ou em formato eletrónico, na sede da entidade adjudicante, identificada no n.º 2 do artigo 1.º da presente carta-convite, onde podem ser consultados durante as horas de expediente, das 9h às 13h e das 14h às 18h, desde o dia da abertura do procedimento na plataforma eletrónica referida, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. Nas consultas não é permitida a reprodução por cópia, fotografia ou processo semelhante, de quaisquer documentos, nem neles fazer qualquer tipo de inscrição.

Artigo 6.º

(Esclarecimentos, retificações e alterações)

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelo interessado, por escrito, ao júri do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta.
2. No prazo referido no número anterior, devem ainda os interessados apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. O incumprimento dos deveres previstos nos números anteriores tem as consequências previstas no n.º 3 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação da proposta, o júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados pelos interessados e o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se sobre os erros e omissões por estes identificados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo.
5. Sem prejuízo do disposto dos números anteriores, pode o órgão competente para a decisão de contratar, no mesmo prazo previsto no n.º 4, proceder oficiosamente à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, assim como prestar quaisquer esclarecimentos.
6. Os esclarecimentos, retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrarem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados deste facto.
7. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre esta em caso de divergência.

Artigo 7.º

(Consulta preliminar)

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, nos termos do **Anexo I** à presente carta-convite, de modo a obter informações relevantes para estabelecer o preço base.
2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será divulgada aos futuros concorrentes do procedimento, aquando da disponibilização das propostas, salvo se os documentos forem classificados como confidenciais.

Artigo 8.º

(Parâmetro base)

1. O preço base do procedimento é de **40.500,00 € (quarenta mil e quinhentos euros)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
2. A violação do parâmetro base implica a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 9.º

(Documentos que constituem a proposta)

1. O concorrente deverá fazer acompanhar a sua proposta dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, designadamente em conformidade com o seu artigo 57.º:
 - a. **Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, conforme o modelo constante do **Anexo II** à presente carta-convite;
 - b. **Declaração** contendo a indicação do preço e do prazo para a conclusão dos trabalhos;
 - c. **Lista dos preços unitários da obra** a preencher no mapa fornecido, a apresentar com o mesmo formato de ficheiro Folha Cálculo Microsoft Excel (.xls), com o ordenamento dos mapas resumo de quantidades de trabalho e os **preços unitários arredondados a duas casas decimais**;
 - d. **Indicação dos preços parciais** propostos em correspondência às habilitações contidas no alvará, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, Caso o Concorrente pretenda recorrer a subcontratados para efeitos de cumprimento das habilitações legalmente exigíveis para a execução do contrato, deverá ser apresentada relação entre os preços parciais dessas habilitações e a identificação do(s) subcontratado(s), bem como os documentos constantes do ponto 4 do presente artigo;
 - e. **Programa de trabalhos**, elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do Código dos Contratos Públicos, compreendendo, com respeito pelo prazo de execução, a fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas e a especificação dos meios com que o empreiteiro se propõe a executá-los, cumprindo, no mínimo e sob pena de exclusão, com os seguintes aspetos:
 - i. Os **planos de trabalhos**, de **mão-de-obra** e de **equipamentos** devem contemplar uma sequência lógica de acordo com as boas regras de execução;
 - ii. O **plano de mão-de-obra** deve identificar a carga semanal de homens por tipo de profissão, com referência às equipas afetas a cada atividade;
 - iii. O **plano de equipamentos** deve identificar a carga semanal de equipamento por número e função/tipo;
 - f. **Memória Justificativa e Descritiva** do modo de execução da obra, de acordo com o plano de trabalhos e adequada à tipologia da obra;
 - g. **Cronograma financeiro**, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços;
 - h. Cópia da **certidão de inscrição no registo comercial** ou código de acesso à certidão permanente.
2. O **Programa de Trabalhos** no seu todo – planeamento de tarefas e planeamento de meios – deve ser pormenorizado e detalhado, em medida e alcance suficiente a não prejudicar ou impedir a aplicação das normas substantivas relacionadas com a execução do contrato.
3. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente, por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

4. Caso o Concorrente pretenda recorrer a subcontratados para efeitos de cumprimento das habilitações legalmente exigíveis para a execução do contrato, deverá apresentar, sob pena de exclusão, junto com a sua proposta:

- a. **Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, conforme o modelo constante do **Anexo II** à presente carta-convite, assinada pelo subcontratado;
- b. Cópia da **certidão de inscrição no registo comercial** ou código de acesso à certidão permanente relativa ao subcontratado;
- c. Declaração de compromisso da entidade subcontratada, na qual a mesma declare ser titular das habilitações necessárias à execução do contrato, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos;
- d. **Documentos de habilitação do subcontratado**, nos termos do artigo 19.º da presente carta-convite, incluindo, **Alvarás**.

5. Os documentos identificados nos números anteriores devem ser assinados pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

6. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 10.º

(Idioma dos documentos da proposta)

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 11.º

(Propostas variantes)

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que diga respeito a condições contratuais alternativas.

Artigo 12.º

(Prazo de apresentação e manutenção da(s) proposta(s))

1. Os documentos que constituem a proposta, indicados no artigo 9.º do presente convite, deverão ser entregues até às **23:59:00 do 15º dia** a contar do envio do convite.

2. O concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, renovando-se por igual período caso o concorrente, naquele prazo, nada requeira em contrário.

Artigo 13.º

(Modo de apresentação da proposta)

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser diretamente apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, através do endereço www.acingov.pt.

2. No caso de a plataforma eletrónica prevista no número anterior se encontrar indisponível, os documentos da proposta devem ser apresentados através do endereço de correio eletrónico previsto no artigo 1.º do presente convite (geral@domussocial.pt).

3. O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta e dos documentos que a acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe.

4. A receção da proposta é registada com referência à data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico de receção.

5. O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos e do artigo 64.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, deverá observar os requisitos para os ficheiros da proposta, exigidos no presente convite, sob pena de exclusão da proposta.

6. O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá observar o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

7. No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, o concorrente deve proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8. A assinatura de pastas compactadas (zipadas) não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos.

9. A assinatura de documentos agregados em PDF não dispensa a assinatura individual de cada um deles.

Artigo 14.º

(Critério de adjudicação)

1. A adjudicação obedecerá ao critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator sendo a avaliação do fator preço, como único aspeto a considerar.

2. Concluída a análise das propostas e após a operacionalização do critério de adjudicação, a entidade adjudicante graduá-las-á por ordem decrescente de mérito para efeitos de adjudicação.

3. Caso se verifique que mais do que uma proposta ficam graduadas na mesma posição, a ordenação efetuar-se-á em função do mais baixo preço do artigo que apresentar maior quantidade.

4. Se, efetuada a operação indicada no número anterior, o empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.

5. A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

6. O Júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na dita sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

Artigo 15.º
(Negociação)

A proposta não será objeto de negociação.

Artigo 16.º
(Preço anormalmente baixo)

Não é fixado preço anormalmente baixo.

Artigo 17.º
(Audiência prévia e adjudicação)

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
2. O concorrente tem 5 (cinco) dias após a notificação do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas para se pronunciar sobre o mesmo.
3. Durante a fase de audiência prévia, o concorrente poderá, querendo, consultar todo o processo de contratação na sede da entidade adjudicante.

Artigo 18.º
(Requisitos)

São requisitos de habilitação do concorrente, sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes:

- a. A titularidade de alvará de construção, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP), titulando as autorizações seguintes, sem prejuízo do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 41/2015, de 3 de junho:
 - i. 4ª e 5ª subcategorias da 1ª categoria em classe correspondente ao valor da proposta;
 - ii. 7ª subcategoria da 1ª categoria em classe correspondente ao valor dos trabalhos a que respeita.
- b. A inexistência de qualquer impedimento, nos termos enunciados no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 19.º
(Documentos de habilitação)

1. O adjudicatário deve entregar, nos termos definidos na Portaria 372/2017, de 14 de dezembro, e no prazo de **3 (três) dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito no artigo 86.º, os seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo III** à carta-convite (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos);
 - b. Documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra nas seguintes situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
 - i. Registo Criminal, com menção do fim a que se destina – Contratação Pública (no caso de se tratar de pessoas coletivas, da própria pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;

- ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c. Alvará ou título de registo pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP), titulando as autorizações previstas na alínea a) do artigo anterior;
 - d. Termo de responsabilidade, relativamente ao diretor de obra, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na versão atualizada pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho;
 - e. Plano de prevenção de corrupção e infrações conexas caso se verifique a hipótese prevista no n.º 9 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
 - f. Documento comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), tratando-se de pessoa coletiva, nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
 - g. Certificado PME do IAPMEI com respetiva permissão para consulta ou, em alternativa, documento que ateste a dimensão da empresa (micro, pequena, média ou grande).
2. O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação, fixado no número anterior, pode ser prorrogado, por um período não superior a 5 (cinco) dias, por uma única vez, por solicitação expressa do Adjudicatário dirigida ao órgão competente para a decisão de contratar.
3. Caso o adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação, deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.
4. Os documentos identificados nos números anteriores devem ser assinados pelo Adjudicatário ou por representante que tenha poderes para o obrigar com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o Adjudicatário submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
6. Fixa-se em 2 (dois) dias úteis o prazo para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos.
7. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de 5 (cinco) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 20.º

(Prazo de execução da empreitada)

O prazo para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada a que respeita o presente procedimento é de **60 (sessenta) dias** de calendário, significando este o prazo de execução das prestações que constituem o objeto do contrato.

Artigo 21.º

(Caução)

1. O adjudicatário garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, em valor correspondente a 5% do preço contratual, o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Se o preço contratual vier a ser fixado em montante considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário corresponderá a 10% (dez por cento) daquele preço.
3. Se o preço contratual vier a ser fixado em montante inferior a 500.000,00 € (quinhentos mil euros), a entidade adjudicante poderá não exigir ao adjudicatário a prestação de caução, caso em que a se procederá à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar a título de garantia do perfeito e tempestivo cumprimento do contrato.
4. Os termos para a prestação da caução constam do **Anexo IV** ao presente convite.

Artigo 22.º

(Comunicações)

1. As comunicações feitas durante a fase de formação ou de execução do contrato entre a entidade adjudicante e os interessados devem ser escritas e efetuadas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.
3. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário a entidade adjudicante, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.
4. A comunicação de quaisquer infrações, nos termos da Lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro, detetadas durante a fase de formação ou execução do contrato, deverão ser comunicadas através do canal de denúncias da Domus Social disponível em <https://www.domussocial.pt>.

Artigo 23.º

(Despesas e encargos)

Todas as despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 24.º

(Legislação aplicável)

Em tudo o omissa no presente programa do procedimento, observar-se-á o regime do Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

Anexo I

Consulta Preliminar ao Mercado **[informação a que se refere o n.º 4 do artigo 35.º-A do CCP]**

Para efeitos de apuramento do preço base, foi realizada uma consulta preliminar, por email, às entidades:

- Socove – Sociedade de Construções e Vendas, Lda. (46.411,47 €);
- PONTE DA ERMIDA - EMPREITEIROS, LDA. (34.541,11 €);
- Jaime Teixeira – Projectos e Construção Civil, Lda. (apresentou declaração de não proposta);
- Radicaexpoente Unipessoal, Lda. (não apresentou proposta);
- Maiden Construções, Lda. (não apresentou proposta).

Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será divulgada aos futuros concorrentes do procedimento, aquando da disponibilização das propostas, salvo se os documentos forem classificados como confidenciais.

Anexo II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1.-, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de formação do contrato de **Adaptação de espaço para cedência a instituição, no A.H. das Antas - Rua João Espregueira Mendes 113**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada¹ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2.- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a).....

b).....

3.- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4.- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6.- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7.- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura].

¹ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

Anexo III

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1.-, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de **“Adaptação de espaço para cedência a instituição, no A.H. das Antas - Rua João Espregueira Mendes 113”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2.- O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura].

Anexo IV

Modelos de Prestação de Caução

Modelo de caução - seguro caução

A companhia de seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a 5% do valor do contrato, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM vai outorgar e que tem por objeto a empreitada para a **“Adaptação de espaço para cedência a instituição, no A.H. das Antas - Rua João Espregueira Mendes 113”**, regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia no dia útil seguinte à primeira solicitação da CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor às ... quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data.

Assinaturas.

Modelo de caução - garantia bancária

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a 5% do valor do contrato, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM vai outorgar e que tem por objeto a empreitada para a **“Adaptação de espaço para cedência a instituição, no A.H. das Antas - Rua João Espregueira Mendes 113”**, regulado nos termos da legislação aplicável, designadamente o Código dos Contratos Públicos.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável, mais concretamente o Código dos Contratos Públicos.

Data.

Assinaturas.

Modelo de caução - guia depósito

€ Vai ..., residente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição) a quantia de ... (por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por) ..., como caução exigida para a empreitada para a **“Adaptação de espaço para cedência a instituição, no A.H. das Antas - Rua João Espregueira Mendes 113”**, para os efeitos do n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem de, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data.